


A IMPORTÂNCIA DA MÃO DE OBRA ESCRAVA AFRICANA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HISTÓRICO DO BRASIL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6471125260211>

Data de aceite: 25/06/2025

Paulo Francisco Alves

INTRODUÇÃO

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a importância da mão de obra escrava africana no desenvolvimento econômico e histórico do Brasil desde a chegada dos portugueses. O tráfico transatlântico de escravizados foi essencial para a estruturação da economia colonial, baseada na produção de açúcar, na atividade da mineração e, posteriormente, no cultivo do café. Além do impacto econômico, a influência africana moldou aspectos culturais, sociais e políticos da sociedade brasileira, cujas consequências ainda são percebidas na atualidade. Essas consequências são oriundas da religiosidade, dos hábitos familiares, da aceitação, ou não de viver como escravos, de sujeição a maus tratos, entre outros pormenores.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão, Economia Colonial, Influência Africana, Brasil Colônia, Desenvolvimento Histórico

Achegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, narrada como “Descobrimento do Brasil, nos livros de história, que iniciou a colonização portuguesa da Terra de Santa Cruz, ficou marcada pela exploração de recursos naturais e por uma enorme necessidade de mão de obra para sustento das atividades econômicas. No início. Tentou-se aproveitar os indígenas para esse fim, mas devido à resistência dos nativos dessa terra chamada Pindorama e à sua mortalidade, os colonizadores passaram a recorrer ao tráfico de africanos escravizados. A partir no século XVI, milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil, sendo submetidos a condições de degradação. Mesmo assim, esses milhões de seres desempenharam um papel central na economia colonial.

No fim do século XVIII e boa parte do XIX, começa-se a pensar, no Brasil sobre o que deve ser feito para terminar com a cruel situação escravocrata. Isso culmina com a Lei Áurea em 1888, assinada pela

Princesa Isabel. A abolição da escravidão não termina com os problemas dos africanos e seus descendentes no Brasil. Esses sobreviventes e seus descendentes continuam e perpetuam sua cultura musical, a sua culinária e religiosidade, influenciando até a língua portuguesa no âmbito brasileiro.

As influências sociológicas, políticas e econômicas necessitam de estudos que clareiam o que aconteceu nos três séculos em que ocorria a escravidão africana nas terras onde canta o sábio, (lembrando o poeta Casimiro de Abreu em *Canção do Exílio*. Por isso, o presente artigo terá três partes, a saber: O papel da mão de obra escrava na economia colonial; Os impactos socioculturais da escravidão africana; As consequências da escravidão e as heranças culturais. O texto terá, ainda, a conclusão e as referências bibliográficas.

IO PAPEL DA MÃO DE OBRA ESCRAVA NA ECONOMIA COLONIAL

A economia do Brasil colonial girava em torno da produção agrícola sendo a cana de açúcar, no Nordeste, o expoente a necessitar um contingente enorme de pessoas trabalhadoras.

A escravidão foi utilizada no continente americano como fonte primária de trabalho para gerar riquezas às metrópoles europeias e promover o desenvolvimento do capitalismo a partir da acumulação primitiva do capital (SANTANA & CAMPOS, 2021, p. 2).

Como a captação de indígenas para o trabalho em propriedades de procedentes europeus, portugueses em grande parte, apelou-se em comprar dos caçadores de africanos a força de trabalho necessária para a produção açucareira, inicialmente. O humano, trazido do continente africano, não tinha a facilidade dos indígenas para se opor à sua exploração por, simplesmente, não conhecer as terras brasileiras e como viver da caça e pesca em florestas e rios.

Conforme Kowarick (1994) o sistema colonial

“constituiu uma das alavancas de fundamental importância para a acumulação da burguesia metropolitana. De fato, as colônias americanas, enquanto expressão ultramarina do mercantilismo, devem ser entendidas como formas de acumulação primitiva, cujos excedentes estavam inteiramente voltados para a expansão do capital realizada em alguns países europeus (KOWARICK, 1994, p. 20).

Percebe-se que os escravos eram importantes para o capitalismo iniciante crescesse rapidamente e se firmasse pelo tempo afora no país de maior área territorial da América Latina. Essa força de trabalho de baixíssimo custo permitiu um rápido enriquecimento dos donos de engenhos na região nordestina. Uma situação deve ser mencionada: a cultura oriunda da África ficou preservada, o quanto possível, entre essas pessoas que sofriam de todas as formas de maus tratos.

A escravidão de africanos, por assim dizer, era a base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado (FURTADO, 2007).

Cabe mencionar que a escravidão ocasionava um

quadro geral do tratamento cruel das classes desprivilegiadas, das insensíveis leis dos pobres e severas leis feudais, e da indiferença com que a classe capitalista ascendente estava "começando a calcular a prosperidade em termos de libras esterlinas e... acostumando-se à ideia de sacrificar a vida humana ao imperativo sagrado do aumento da produção" (WILLIAMS, 1975, p. 9).

O que se queria era força de trabalho de baixo custo, não interessando se isso causava sofrimento alheio.

Costa (2014) transcreve o que diz Câmara (2009)

Os negros que chegaram ao Brasil eram originários de várias partes da África, especialmente das regiões situadas na costa do continente, e, sobretudo das ilhas do mar de Guiné, Fernando do Pó, Ano Bom, São Tomé, Ilha do Príncipe e de terras da Angola, Benguela e Moçambique. Todos esses lugares estavam sujeitos ao governo português que ali criava vassallos ou aliados entre os príncipes negros, e monopolizava o domínio dessas regiões, que eram entrepostos do comércio interior donde também vinham os escravos (COSTA, 2014, p. 21).

O tratamento recebido pelos escravos

Quando assunto é escravidão, atualmente, a primeira ideia que vem à mente das pessoas é o tratamento recebido pelos escravos por parte de seus senhores (donos). É fato de que escravo significa sofrimento.

Nos primeiros tempos da vinda de portugueses ao Brasil, tentou-se escravizar indígenas. Isso foi bastante complicado porque eles viviam em pequenas comunidades próximos aos rios e nas selvas florestais. Como conheciam esses ambientes, os colonizadores portugueses não conseguiam retê-los soltos, pois a fuga ocorria com facilidade para os lugares a que os colonizadores não tinham acesso fácil por desconhecimento desses ambientes e por os indígenas simplesmente não admirar ter que trabalhar em detrimento de sua liberdade.

Com o fracasso em escravizar os índios, recorreu-se à escravidão de negros trazidos da África no chamados navios negreiros, nos quais, um grande número, dos que eram embarcados, morriam na passagem transatlântica.

Segundo Porfírio & Blum & Silva

Os escravos tinham origens distintas, falavam línguas e dialetos divergentes e esses fatores, somados aos constantes castigos físicos, continham possíveis revoltas e insurreições dos escravos. Segundo Kok (1997, p. 26), estes castigos serviam para "trazer bem domados e disciplinados os escravos".

Era comum o uso de chicotes e correntes de metais, sendo frequentes marcas e mutilações pelo corpo. Essas condições não permitiam que os escravos adultos suportassem mais do que 10 anos de trabalho (PORFÍRIO & BLULM & SILVA, 2021, p. 7).

“Os escravos tinham que ser disciplinados para sofrer menos. Os escravos que trabalhavam na casa-grande, desempenhando seu trabalho em atividades domésticas, possuíam condições de vida um pouco melhores” ((PORFÍRIO & BLULM & SILVA, p. 7, 2021).

Essas observações referem-se a engenhos açucareiros em Pernambuco.

Mão de obra escrava na indústria açucareira

Os engenhos açucareiros precisavam de muitos braços, tanto na plantação e colheita da cana, como no processo de moenda dessa cana e a transformação da garapa em açúcar.

Na implantação dessa indústria, tanto na capitania de São Vicente, como na de Pernambuco, os resultados só se tornaram viáveis com a aquisição, pelos proprietários, de escravos africanos. O açúcar foi o primeiro tipo de produção agrária que o Brasil Colonial pôde exportar para a Europa.

Porfírio & Blulm & Silva (2021) destacam que

A sociedade colonial brasileira, contudo, não se resume apenas em suas plantações de cana-de-açúcar, voltadas para o mercado internacional e na relação do escravo com a casa-grande. A criação de gado era uma atividade econômica ligada ao mercado interno, não sendo voltada apenas para a alimentação, mas também ao transporte, tendo em vista que, nos engenhos, na maioria dos casos, se utilizava a força animal. O deslocamento se dava, quase sempre, de forma terrestre, utilizando bois e mulas como força motriz. Logo, é possível definir os animais de tração como elementos imprescindíveis ao engenho (PORFÍRIO & BLULM & SILVA, 2021, p. 8).

Depreende-se que os escravos tinham que se envolver com o gado, tanto para criar os animais, como para utilizá-los nos trabalhos de transportes de matéria prima, cana, como a mover os engenhos. Outrossim, os autores acima citados mencionam também que

A economia açucareira resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, conseguindo recuperar-se sempre que as condições do mercado externo a permitiam, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa. Nota-se que nesse período, o trabalho escravo foi determinante para tornar lucrativa as atividades desenvolvidas no Brasil. Desde a venda de escravos, passando pela produção pecuária para sustento e apoio às atividades de plantio de cana-de-açúcar, até o cultivo e exportação da cana em si, em grande parte, os lucros eram assegurados pela exploração da mão de obra escrava, tanto indígena como africana. Essa última, a partir desse período, passou a ganhar cada vez mais importância para a persistência dos lucros da colônia (PORFÍRIO & BLULM & SILVA, 2021, p. 8).

Nota-se a informação de que a venda de escravos pelos donos dos engenhos era também uma forma de obter recursos necessários à manutenção econômica para tocar a produção do açúcar. Isso, certamente, ocorria quando ocorria forte aperto financeiro na propriedade.

Para mostrar o que era ser escravo nos vários séculos, desde a vinda dos portugueses ao Brasil até a abolição é importante a afirmação de que “Eles rasgaram as matas, lavraram o solo e fizeram a colheita dos produtos tropicais exportáveis; trabalharam nas minas, **nos engenhos**, nos portos e nas casas” (NINA, 2010, p. 63).

Vê-se que a sina escrava era o trabalho pesado seja em que setor exploratório-produtivo e em qual região do país fosse.

Sabe-se que mulheres escravas, muitas vezes, foram amas de leite de crianças dos donos, às vezes, concubinas deles, cozinheiras e limpadoras das moradias ou casas-grandes.

O que ocorria no setor açucareiro estendeu-se também a outros espaços. Mediante a isso, Porfírio & Blum & Silva explicam:

[...] na segunda metade do século XVII, o mercado do açúcar desarranjou-se. Teve início a forte concorrência antilhana, reduzindo os preços à metade. Aliado a isso, por outro lado, a economia mineira começava a atrair a mão de obra especializada, elevando os preços dos escravos e reduzindo ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira.

Esses fatores ocasionaram uma relativa pauperização dos senhores de engenho, que acabaram perdendo terras e escravos (PORFÍRIO & BLUM & SILVA, 2021, p. 8-9).

Explorando as Minas Gerais

É importante ver o que afirma Lago (2014):

Foi nesse contexto crítico que, na última década do século XVII, paulistas descobriram depósitos aluviais de ouro em Minas Gerais. [...] Essa descoberta não poderia deixar de ter efeitos importantes sobre a evolução econômica de Portugal e sua colônia. De fato, o Brasil se tornou no século XVIII o maior produtor de ouro do mundo, com uma produção superior à do restante das Américas e também à da soma das produções dos outros continentes. (LAGO, 2014, p. 20)

Com a crise açucareira e a descoberta dos minérios, principalmente, ouro, ocorreu uma migração enorme de escravos para as Minas Gerais. Desse modo

Na última década do século XVII, a Coroa portuguesa passou a estimular a busca por ouro no interior da colônia. Isso se apresenta como um desdobramento da necessidade de que o Brasil continuasse sendo uma grande fonte de lucro, sendo este por meio do ouro em matéria ou através de impostos exacerbados, como o Quinto e a meta anual de impostos. Entretanto, existem outros fatores que levaram ao incentivo da busca e exploração dos metais preciosos (PORFÍRIO & BLUM & SILVA, 2021, p. 9).

Corroborando aquilo afirmado por esses autores a “competição por poder com a Espanha e a necessidade de aliviar o financeiro da metrópole, mesmo que por um período curto de tempo, foram cruciais para o incentivo da atividade mineradora” (FAUSTO, 1994, in PORFÍRIO & BLULM & SILVA, p. 9, 2021).

Andrade & Rezende (2013) esclarecem alguns detalhes sobre a mineração em Minas Gerais:

Nos morros, ou nos ribeiros, nas imediações dos núcleos urbanos e principalmente nas sedes dos termos, houve, com efeito, ajustamentos entre os senhores, livres pobres e escravos, proporcionando uma diversidade de arranjos na mineração (ANDRADE & REZENDE, 2013, p. 13).

Nota-se que os escravos trabalhavam junto com pessoas livres. Outrossim,

Nos vales, o escoamento da água dos serviços minerários poderia ser feito por meio de carumbés, carregados por escravos, ou com o uso dos rosários – engenhos de rodas d’água para drenagem das lavras. Para Vidal Luna, o uso desta última máquina teria sido pouco adotado nas Minas Gerais, prevalecendo o emprego dos carumbés (ANDRADE & REZENDE, 2013, p. 16).

Fica, mais uma vez, claro como os escravos tinham que fazer os serviços mais penosos e degradantes.

Ser escravo na mineração nos séculos XVII e XVIII continuava a sina dos africanos trazidos ao Brasil ou de seus descendentes.

Para Andrade & Rezende (2013) está claro o que expressam ao afirmarem o que segue

Depreende-se, enfim, que o exame da dimensão dos investimentos econômicos nas minas da América portuguesa não deve simplesmente basear-se no tamanho das propriedades individuais, especialmente de escravos – ou da estrutura de posse de escravos e de terras. É preciso abordar detidamente a tessitura das práticas, com seus agenciamentos específicos e criativos, que compuseram as unidades de extração aurífera.

A utilização da mão de obra escrava esteve presente em outro segmento como se verá na sequência.

A escravidão na produção cafeeira

Como no século XIX, aumentou em muito o consumo de café, tanto nacional como internacionalmente, de forma especial, nos Estados Unidos e na Europa, isso favoreceu a produção desse gênero no Brasil. Como despencaram os mercados de açúcar, de algodão e de cacau, os fazendeiros passaram a investir no cultivo do que era chamado de “ouro negro”.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil e sua ordem de abertura dos portos às nações amigas, dizem Porfírio & Bluml & Silva (2021) que

No âmbito econômico, as medidas não somente libertaram a colônia das suas limitações ao seu livre desenvolvimento, como também procuravam estimular as atividades do país. Isso se dava através, por exemplo, da construção de estradas e da melhoria dos portos (como o de Recife). Os dados do comércio exterior se elevaram substancialmente, índice fundamental numa economia dependente como a brasileira. As exportações cresceram de forma substancial, porém, isso trouxe um desequilíbrio na balança comercial externa. A economia brasileira, fora a produção dos gêneros destinados à exportação, não conseguia concorrer com as mercadorias importadas do estrangeiro. Essa dificuldade era ampliada pelo imposto ad valorem de 24% sobre todas as importações, estabelecido ao decretar-se a liberdade do comércio, com posterior benefício à Inglaterra, dada a redução para 15%. A produção brasileira voltou-se, cada vez mais, aos poucos gêneros de sua especialidade e que se destinavam à exportação (PORFÍRIO & BLULM & SILVA, 2021, p. 11-12).

Desejando obter muitos bons lucros com a exportação, os produtores começaram a ampliar de uma forma bem sistêmica do cultivo e, com isso, as plantações de café alcançaram grandes áreas no Vale do Paraíba (PORFÍRIO & BLULM & SILVA, 2021).

Os mesmos autores expressam ademais que

este complexo cafeeiro, apesar de lucrativo em seu início, encontrou diversos problemas, como o território disponível para produção e a falta de investimento em tecnologias de transporte, esses e outros fatores, [...] levaram a produção a se estender por São Paulo, onde teve seu maior desenvolvimento, e anos depois pelo Espírito Santo, em menor proporção (PORFÍRIO & BLULM & SILVA, 2021, p. 12).

A escravidão é, outra vez, uma enorme ajuda para que a cafeicultura se desenvolvesse e chegasse a ser um grande expoente da setor agrário brasileiro. Esse destaque do café como produto de exportação e amplo uso nacional persiste até os dias atuais.

A produção de café, como a de outras culturas agrícolas sofreu com problemas no decorrer do tempo, principalmente no advento da abolição da escravidão, em fins do século XIX e a consequente Proclamação da República. Demorou bastante até que a economia conseguisse se adequar às novas situações de trabalho, já, obrigatoriamente, assalariado.

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DA ESCRAVIDÃO AFRICANA

A vinda dos negros africanos ao Brasil mexeu com a cultura do país, e Freire (1980) afirma: “No caso dos africanos vindos para o Brasil, dos princípios do século XVI aos meados do XIX, devemos procurar surpreender nos principais estoques de imigrantes não só o grau como o momento de cultura que nos comunicaram (FREIRE, 1980, p. 298).

Como se sabe, Gilberto Freire, em “Casa-grande & Senzala” apresenta um longo estudo detalhado sobre o que foi a relação produção açucareira, aurífera e cafeeira entre senhores proprietários e escravos em mais de três séculos e como e por que isso alterou a cultura brasileira. ele cita que:

Os historiadores do século XIX limitaram a procedência dos escravos importados para o Brasil ao estoque banto. É ponto que se deve retificar. De outras áreas de cultura africana transportaram-se para o Brasil escravos em grosso número. Muitos de áreas superiores à banto. A formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer de elite que faltaram na mesma proporção ao Sul dos Estados Unidos (FREIRE, 1980, p. 299-300).

É, pois, importante como e em que os escravos influenciaram a cultura no Brasil.

Na música brasileira

Além do impacto econômico, a presença africana deixou marcas profundas na cultura brasileira. A música, a culinária, a religiosidade e até a língua foram influenciadas pelas tradições africanas. O sincretismo religioso como o candomblé e a umbanda, surgiu da fusão de crenças africanas e o catolicismo imposto pelos colonizadores. A capoeira, inicialmente, uma forma de resistência dos escravizados, tornou-se símbolo da identidade cultural brasileira. Para Costa (2017) “É senso comum o fato de que a música brasileira possui forte influência da cultura africana (trazida junto com os escravos) apropriando-se assim de vários aspectos dela” (COSTA, 2017, p. 20).

A ideia de Costa tem respaldo no que afirma Nascimento (2020)

A música sempre fez parte das culturas tradicionais africanas, não apenas no lazer e festividades, mas como componente das atividades do dia a dia, dos ritos de passagem, rituais religiosos e variados processos formativo-educacionais. Essas pessoas e seus descendentes inventaram, mantiveram ao longo da história, reinventaram e reinventam até hoje, as expressões mais substanciais e marcadamente definidoras de nossas musicalidades brasileiras (NASCIMENTO, A. M., 2020, in PAULEK, 2022, p. 2).

Quando se aprecia a música brasileira, notadamente aquela tocada e cantada por artistas brasileiros famosos, sente-se ritmos e palavras que não se perceberia na música na língua portuguesa em Portugal.

Agora é importante citar o que traz Paulek (2022) sobre os ditos de Silva (2014)

Para conseguir preservar sua cultura e suas crenças, o negro foi obrigado a buscar dois caminhos: a “aceitação” do que era imposto pela igreja católica, miscigenando com o que era compatível com sua cultura, como também, os que conseguiam fugir, através da manutenção de seus ritos nas sociedades clandestinas por ele formadas, chamadas de quilombos. Nos quilombos, de forma oculta, às margens do poder, os negros possuíam certa liberdade para se manifestarem, mormente de acordo com os costumes de suas terras natais (SILVA, H. K., 2014, in PAULEK, 2022, p. 3).

É importante conhecer os locais e as situações em que os escravos praticavam suas músicas e, assim, perpetuaram-nas em contato com os brasileiros, quando possível. Na sequência, Paulek (2022) traz, outra vez, o que informa Nascimento (2020)

...foram as inserções na vida socioeconômica que proporcionaram a construção paulatina dos espaços físicos e simbólicos de resistência e reinvenção cultural, a exemplo das irmandades e congregações negras da igreja católica, os terreiros de candomblé, casas de mina, os movimentos abolicionistas, os jornais abolicionistas, as congadas, reisados, bois-bumbás, capoeira, afoxé, jongo, samba de bumbo, moda de viola, tambor de crioula, cacuriá, carimbó, lundu, maxixe, samba, samba de roda, samba chula, choro e da imprensa negra paulista do início do séc. XX, passando pelos clubes e sociedades de pessoas de cor do início do séc. XX, as escolas de samba, o Teatro Experimental do Negro, a Orquestra Afro-Brasileira do Maestro Abigail Moura, os blocos Afro da Bahia, samba-Reggae, dentre tantos outros. (NASCIMENTO, A. M., 2020, in PAULEK, 2022, p. 3).

No século XVII surgem expressões vivas providas da tradição da música negra. É o caso do lundu, que acaba se desdobrando em outros ritmos, como o caso do samba, do maxixe, da polca, e outras mais. (Paulek, 2022).

Tremura (S.D) apresenta um amplo relato acerca do samba, como é possível perceber na seguinte citação.

Sem dúvida, o samba é a expressão musical mais bem conhecido do Brasil. Sinônimo de música brasileira tornou-se um termo que engloba uma grande

variedade de estilos populares: Samba carnavalesco, samba de breque, samba de exaltação, samba de gafieira, samba de partido-alto, samba de quadra, samba de terreiro, samba-batido, samba-canção, samba-choro, samba-chulado, samba-corrido, samba-de-chave, samba-lenço, samba enredo, samba exaltação, sambalada, sambalanço, samba-rural. Estas formas são variações entre o lento e o rápido e incorporam estruturas líricas distintas. O desenvolvimento destes estilos musicais dependia, em grande parte, de cada comunidade individual. Instrumentos musicais, padrões rítmicos, e estilo composicional variavam de cidade para cidade e de região para região. O samba foi inventado e se desenvolveu principalmente por descendentes africanos, tornando-se a palavra padrão que descrevia a música e a dança de um grande número de comunidades por todo o Brasil. A migração interna frequente da população negra das regiões do norte para as do sul, especialmente para o Rio de Janeiro, criou um ambiente favorável a novos desenvolvimentos de estilos musicais. No Estado de São Paulo, o samba era dançado não só por afrodescendentes, mas também por mulatos

e caboclos (TREMURA, s.d.).

Pode-se entender que a música africana influenciou sobremaneira a cultura musical e dançarina no Brasil.

O acima citado autor destaca ademais que

Samba é um fenômeno social conhecido de praticamente todos os brasileiros. Uma forma musical vibrante, que se distingue pelo crescente canto responsorial, com ênfase na interação percussiva e ritmo sincopado. Formulado em 2/4 e com uma estrutura de estrofe e refrão com sincopas que se interligam e usam o tempo forte no segundo tempo do compasso – são características que fazem do samba um autêntico gênero musical brasileiro (TREMURA, s.d.).

Sendo o samba um fenômeno social no Brasil, isso se constitui numa prova cabal de que a música africana se firmou sobremaneira na cultura brasileira.

Na culinária brasileira

Assim como os escravos africanos influenciaram de forma muito eficaz a música no Brasil, também trouxeram grandes contribuições com tipos de alimentos e sua maneira peculiar de prepará-los e nomeá-los. Acarajé, vatapá, caruru, moqueca e feijoada são algumas denominações comuns na culinária nacional que tiveram origem africana.

“A formação da identidade do povo brasileiro está alicerçada em raízes culturais e na herança biológica trazida pelo povo africano” (YAMAGUCHI & SALES, 2020, p. 5).

Essa herança biológica tem muito a ver com a alimentação costumeira nos quilombos durante a época escravagista.

Souza & Bessa-Oliveira (2019) esclarecem que

A gastronomia é uma representação, que se torna responsável pela preparação dos alimentos, através de um processo cultural, que produz conhecimento. Talvez o que muitos ainda não se deram conta, é que os processos culinários de cada nação, lugar, região, ou país possui história, memória, saberes e conceitos. Certos pratos foram preparados, por escassez da região, ou pela falta de produtos daquele lugar. O que mais encanta é que no Brasil, temos vários alimentos que vieram da África com os escravos, que serão desvendados no decorrer deste artigo. Receitas que vieram com os negros, e no século XXI, fazem parte das principais refeições dos brasileiros (SOUZA & BESSA-OLIVEIRA, 2019, p. 3).

A atual gastronomia brasileira é tão repleta de pratos, criados pelos africanos junto aos brasileiros nos séculos da escravidão, que, atualmente, a quase absoluta maioria dos consumidores sequer sabe desse fato.

É, pois, importante salientar o que Cascudo (2004) destaca.

O mais famoso dos pratos afro-brasileiros é o vatapá, cozidos de peixe ou de galinha, para este preparo o azeite-de-dendê, a pimenta e o leite de coco são fundamentais. Na Nigéria não há prato especificamente idêntico ao vatapá. O leite de coco não possui lá a presença que usufrui no Brasil. [...] O mistério da origem do vatapá não exclui a pátria africana ocidental, banto ou sudanesa.

[...]. Lógico é sugerir que o pitéu teve desenvolvimento e características na Bahia, vindo em forma mais simples da pátria negra. [...]. O vatapá continua evoluindo, complicando-se na elaboração culinária pela adição e substituição dos componentes (CASCUDO, 2004, p. 883).

Certos componentes da cozinha africana sempre eram mais conhecidos no Nordeste brasileiro e, também, na região fluminense, mas, atualmente, todo o Brasil os utiliza, pois a facilidade de comunicação e, conseqüentemente, muitas viagens de pessoas entre as regiões do país, acabam facilitando a leva de receitas para todos os lados. Yamaguchi & Sales deixam claro, como segue:

Os sabores dos temperos e da culinária que embarcaram nas caravelas com os africanos contribuíram a favor da cultura de todas as regiões brasileiras, principalmente no Nordeste que é rico em sua gastronomia de influência afro-brasileira, ganhando aromas e sabores em doces, salgados e quitutes, cada um com o toque de criatividade do cozinheiro que o deixa mais apetitoso (YAMAGUCHI & SALES, 2020, p. 8).

Os mesmos autores enfatizam ainda sobre o assunto de que “o acarajé, o quibebe, o caruru, o abará e o bobó são alimentos de origem africana, dos povos Jeje, Angola e Moçambique.” (YAMAGUCHI & SALES, 2020, p. 8).

Afirmam também que

Os africanos faziam grande uso dos derivados da mandioca, como a farinha, a goma e o polvilho, assim como a rapadura e o fubá. Estas influências da culinária afrodescendente no Brasil marcam e determinam sua importância na implantação de culturas como o dendezeiro (*Elaeis guineensis*), que é um grande símbolo da África (YAMAGUCHI & SALES, 2020, p. 12).

Acerca dessa palmeira, “o dendezeiro” eles nos passam o seguinte:

produz cachos generosos, tendo por média de duzentos cocos por cacho. Desta palmeira tudo é aproveitado, a madeira para construção de casas, as fibras para a sua cobertura. E por isso é chamada na África de a árvore do paraíso. No Brasil, o azeite de dendê proporcionou a criação de novos sabores, e dá aos pratos uma estética peculiar, trazendo nova identidade à mesa como é o caso da farofa, que é uma realização genuinamente brasileira. Esta iguaria nacional, no período colonial, alimentou tanto os senhores e escravos (LODY, 2018, p. 20 in: YAMAGUCHI & SALES, 2020, p. 12).

Os escravos e, posteriormente, seus descendentes, sempre procuravam em aproveitar o produtos da natureza onde viviam para organizar sua culinária para se alimentar conforme os costumes adquirido de seus antepassados.

Paiva (2017) traz o que diz Cascudo (2004) “Da África veio o dendê, o inhame, o feijão fradinho, o coco, o arroz, o amendoim, o ananás, o café, o quiabo, gengibre, a melancia e tantos outros elementos que, embora tenham sofrido mudanças e adaptações, chegaram até nossos dias” (CASCUDO, 2004, in: PAIVA, 2017, p. 9).

Percebe-se a variedade de alimentos de origem africana. Ao observar uma mesa pronta para uma refeição, é raro que algum, o vários desses itens citados não esteja presente.

Pergunta-se: quem não come feijão, arroz, amendoim em vários tipos de rapadura, em ovos de Páscoa, abacaxi (o ananás) e melancia e quem não toma café de manhã e/ou durante o dia no trabalho? Será que algum brasileiro consegue se alimentar sem usar algo que faz parte da cultura africana na culinária brasileira?

NA RELIGIOSIDADE

O Brasil foi bastante influenciado na religiosidade de seu pela cultura religiosa africana. Assim, Franco (2021) explica que “Foi na religião que os africanos encontraram força para resistir à crueldade do sistema escravagista e dos propósitos impostos pela dominação colonial (FRANCO, 2021, p. 3).

Para essa autora

O nosso país foi organizado sob os pilares de um racismo sistêmico e estrutural marcado pelo genocídio, pela perseguição às religiões de matriz africana e indígena e a demonização de tudo que foge do padrão eurocêntrico de enxergar o mundo. A nossa sociedade foi construída sob os pilares do patriarcado, do racismo, da misoginia, da exclusão dos grupos não hegemônicos, da violência física e psíquica e da imposição do modo cristão de entender o mundo. Com isso, a cultura africana e a cultura indígena foram desconsideradas e houve todo um trabalho de conversão buscando atingir um padrão único de comportamento. Era necessário impor um domínio para não perder o controle sob o sujeito escravizado (FRANCO, 2021, p. 1-2).

A religião católica era considerada a oficial no Brasil. Então, desde o descobrimento, fazia-se de tudo pelos portugueses para que todas as pessoas nesta terra praticassem a mesma, não importando se tinham crenças diferentes como era o caso do indígenas e dos escravos africanos. Mesmo assim, certas manifestações, como o candomblé e a umbanda, continuaram a ser praticados, de forma escondida, por grupos maiores de negros. Sempre que possível, as autoridades brasileiras perseguiam essas manifestações, porém, as mesmas sobrevivem e crescem até os dias atuais, quando, muitas pessoas frequentam-nas ao mesmo tempo em que também cultuam as diversas formas do cristianismo e de outras manifestações em termos de religiosidade.

Para Eugênio (2017)

as populações submetidas à escravidão e ao genocídio tiveram que elaborar uma série de mecanismos de sobrevivência. E entre todos os mecanismos de sobrevivência, a religião foi um dos que mais colaboraram para manter vivas as tradições de origem africana. O culto aos orixás chegou ao Brasil juntamente com os africanos que atravessaram o Atlântico e foram escravizados aqui na América portuguesa. Do encontro cultural entre os elementos das três matrizes formadoras da sociedade brasileira - índio, africano e europeu - surgiram as chamadas religiões afro-brasileiras, entre as quais podemos citar: candomblé, candomblé de caboclo, umbanda, quimbanda, tambor de mina, jurema, omolocô, umbandomblé, entre outros (EUGÊNIO, 2017, p. 41).

Verifica-se a formação de cultos de diversas denominações em que os africanos, junto a brasileiros de outras origens, se encontram e mantêm suas tradições religiosas.

De forma diferente que na música e na gastronomia, amplamente integradas na cultura brasileira, a religiosidade ficou mais restrita aos descendentes africanos, mesmo assim, ela foi integrada na forma permanente ao rol de manifestações no Brasil. Assim cabe destacar:

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravos, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar as novas condições de ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades – inquices, orixás ou voduns –, seres que são a força da natureza, sendo seus criadores e também administradores. Religião possuidora de muitos simbolismos e representações que ajudam a compreender o passado e também a discernir melhor as verdades e as mentiras, permitindo assim definir conceitos. No candomblé nada se inventa ou se cria, só aprende e se aprimora. Este saber e este conhecimento são conquistados com a prática no dia a dia, com o tempo, com a humildade, o merecimento, a inteligência e, principalmente, com a vontade de aprender! (MAURÍCIO, 2014, p. 29).

Nunca se deve esquecer que a religiosidade é algo inerente ao existir do ser humano. Por isso, Franco (2017) enaltece:

Ao analisar a importância das religiões de matriz africana, temos que pensar em resistência, pois mesmo com tanta opressão e longe da pátria mãe, os deuses africanos sobreviveram e são festejados e reverenciados nos diversos terreiros existentes em todo território brasileiro. Não podemos deixar de dizer que a luta pelo direito à liberdade religiosa ainda é uma realidade, mas mesmo assim os afros-religiosos seguem resistindo.

Não tem como falar sobre os ataques sofridos pelos praticantes das religiões de matriz africana sem falar das questões étnico-raciais. As religiões de matriz africana sofrem com os ataques racistas e preconceituosos devido a sua origem étnica e cultural. Com isso, ainda hoje muitos adeptos dos terreiros de umbanda e candomblé escondem a sua identidade religiosa como uma forma de proteção. Os ataques sofridos pelos umbandistas e candomblecistas estão estritamente ligados à cor da pele e ao passado histórico desse povo. Por isso, utilizar a expressão racismo religioso é dar crédito a uma luta de anos do movimento negro que busca, através da lei, encontrar punições para os atos de racistas e preconceituosos.

Com o movimento mundial antirracismo é possível diminuir o preconceito também contra os movimentos nos terreiros umbandistas e os diversos outros.

As influências africanas na cultura brasileira atinge mais um importante item.

NO IDIOMA

A vinda de um grande contingente de africanos ao Brasil, na absoluta maioria, como escravos, acabou mudando, em muitos sentidos, a língua portuguesa falada no país na passagem dos últimos séculos. A comunicação entre senhores e escravos forçou o surgimento de novas palavras e expressões das mais variadas.

Mendonça (2012) ensina:

Uma língua que se desenvolve em dois territórios separados, frequentemente, se desdobra. Penetrando nas Ilhas Britânicas, o germânico bifurcou sua evolução, que continuou no continente gerando os dialetos alemães enquanto lá originava o anglo-saxão, língua matriz do inglês.

Fenômeno idêntico reproduziu-se com o português transplantado para o Brasil e o falado em Portugal. A diferenciação entre ambos já se fazia notável no século passado, data de alguns estudos de valor e respeito.

Em nossos dias um ilustre fonetista, depois de analisar várias particularidades fonéticas do Brasil, concluía dando-lhe como característico o alongamento das vogais pretônicas, que transmite à elocução um “caráter preguiçoso e lento”.

Semelhante dicção contrasta com a pronúncia portuguesa que possui mínima “complexidade” das sílabas, gerada pelo enfraquecimento das vogais e o acúmulo das articulações, além de enunciação e delimitação menos claras.

Muitos autores, de lá e de cá, se têm empenhado em demonstrar, num excursus patriótico, qual a mais correta e acorde com o gênio da língua, no que se valem não só do português histórico como da opinião de autores estrangeiros (MENDONÇA, 2012, p. 75).

Portanto, existe uma diferença de pronúncia no português de Portugal em relação ao do Brasil. É possível de acreditar que isso se deve a duas influências: a) às formas faladas de muitos indígenas – diversas linguagens – e b) às línguas trazidas da África pelos escravos. Mendonça (2012) define que “Língua e raça formam dois elementos que têm evolução paralela a ponto de serem muitas vezes confundidos. Como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialeto crioulo” (MENDONÇA, 2012, p. 79).

Em amplas partes do Brasil há expressões dialéticas diversas de região para região, sendo que as áreas em que havia mais escravos, as diferenças em termos de palavreado e jeitos de pronúncia são bem notáveis. Quando um gaúcho sai do sul, por sua forma de fala é imediatamente identificado como sulista de São Paulo em direção ao norte. O mesmo acontece com moradores fluminenses ou nordestinos.

Pode-se dizer que o Brasil possui várias línguas portuguesas em termos de fala – pronúncia.

O negro influenciou sensivelmente a nossa língua popular. Um contato prolongado de duas línguas sempre produz em ambas fenômenos de osmose.

Ao lado da contribuição genérica e imprecisa que deu o africano para o alongamento das pretônicas e a elocução clara e arrastada, deixou sinais bem seus nos dialetos do interior, principalmente (MENDONÇA, 2012, p. 80).

É certo que o idioma brasileiro, em suas variedades regionais de pronúncias, teve forte influência africana, da mesma forma que o português mais sulista teve contribuições do espanhol e das falas de imigrantes europeus, notadamente alemães, italianos, poloneses e asiáticos que influenciaram também a cultura em geral.

Mendes & Medeiros & Oliveira (2016) enfatizam que

as línguas africanas influenciaram em peso o falar brasileiro, bem como em campos como a sintaxe, o léxico e a fonética, até porque, apesar de os africanos terem sido muito descriminados e desprestigiados, o convívio com a língua portuguesa foi duradouro no Brasil. Ainda que não houvesse uma forte consideração com as línguas africanas, havia a todo tempo um contato [...] com tais línguas. [...] (MENDES & MEDEIROS & OLIVEIRA, 2016 p. 5).

Com certeza, houve muitos estudiosos que já tentaram entender como a influência africana modificou o português falado no Brasil, tarefa sempre nada fácil em virtude de sua multiplicidade de fatores.

A cultura brasileira foi influenciada, além da música, da culinária, da religiosidade e do idioma, também em outros aspectos, como a vestimenta, principalmente na Bahia, o que é demonstrado em blocos carnavalescos e desfiles de escolas de samba, essas últimas, principalmente nas capitais do Ri de Janeiro e São Paulo.

Chegou o momento de abordar o terceiro item deste artigo.

CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO E HERANÇA HISTÓRICA

A abolição da escravatura em 1888 não foi acompanhada de políticas de inclusão para a população negra, resultando em desigualdades sociais que perduram até hoje. A marginalização da população afrodescendente reflete-se na dificuldade de acesso a oportunidades educacionais e econômicas. Além disso, o racismo estrutural continua sendo um desafio na sociedade brasileira.

Farina & Teodoro (2021) discutem esse assunto quando escrevem que

A exploração da mão de obra escrava é uma mácula que integra a história do Brasil, desde o período colonial com a utilização abusiva do trabalho dos nativos, consolidando-se com a exploração dos negros africanos e seus descendentes. Esta prática exploratória, legalmente autorizada, marcada pela total ausência de direitos e predominância de servidão e subjugação, perdurou no país do século XVI ao final do século XIX. A abolição formal da escravatura, em 1888, não significou, contudo, o fim da exploração abusiva e degradante do trabalho. Apesar de infringir as normas de direitos humanos e os dispositivos constitucionais e legais, o exercício do trabalho sob condições precárias, desumanas e injustas subsiste na sociedade moderna e simboliza o chamado "trabalho escravo contemporâneo" (FARINA & TEODORO, 2021, p. 2).

Ainda hoje, há situações análogas à escravidão conforme notícias seguidas na mídia. Essas situações podem atingir não apenas descendentes africanos, mas também outras genealogias.

Ocorrem também situações de manifestações racistas em estádios de futebol. O que é mais cruel é a discriminação de pessoas negras no mercado de trabalho, não admitindo essas pessoas ou pagando-lhes salários menores do que aos brancos.

Lamentavelmente, existem focos de trabalho escravo em diversos territórios do país, segundo constatações do Ministério Público do Trabalho em 2019. Em virtude disto, optou-se por selecionar um período temporal específico, 1995 a 2018, e, também, uma região específica para verificar a ocorrência de casos concretos de escravidão contemporânea, o Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais. A partir deste recorte espacial, foi possível dimensionar e revelar o nível de exploração de trabalho escravo ocorrido na região e, consequentemente, demonstrar como o processo histórico de sua formação e a própria lógica do capitalismo dependente contribuem para a subsistência do trabalho escravo (FARINA & TEODORO, 2021, p. 3).

É claro que há diversos lugares de grande necessidade de mão de obra vinda de regiões distantes desses lugares por certas épocas do onde as pessoas precisam morar inadequadamente e os custos de permanência são todos descontados de seus parcos salários, sendo que essas pessoas têm sequer recursos para voltar às suas famílias. Isso ocorre seguidamente em épocas de colheita de frutas como uvas, maçãs e outras que precisam ser colhidas de forma manual.

Conforme Bastos (2013)

A concepção contemporânea de trabalho escravo atinge um novo nível dogmático a não mais se restringir à imagem de trabalhadores acorrentados, com a liberdade cerceada e sem contraprestação pelo labor desempenhado. Passa a representar, também, qualquer tipo de violação à dignidade da pessoa humana do obreiro.

Surge, assim, a figura do trabalho indecente, na qual a necessidade de subsistência e a prevalência do capital sobre os direitos fundamentais regulam a permanência de cidadãos laborando em condições degradantes (BASTOS, 2013 p 127).

Sem a ação do poder público, por não saber onde ocorrem situações em que há pessoas sofrendo da escravidão causada pela dívida sendo cobrada de sujeitos fora de seu âmbito de vida, ou fechando os olhos para tais ocorrências, não termina a vida análoga à escravidão.

Bastos (2013) deixa claro o seguinte:

... a maneira contemporânea de ditos empresários cercearem a liberdade do trabalhador é por meio da servidão por dívida, da retenção de documentos, da alocação de trabalhadores em local de difícil acesso, da presença de guardas armados e até violência e ameaças, submetendo-os a condições subumanas de vida e de trabalho (BASTOS, 2013 p 123).

“Atualmente, a prática do trabalho escravo é um dos assuntos mais em evidência na mídia e um dos graves problemas que o governo federal tem procurado solucionar através de políticas que visam à sua erradicação” (SIQUEIRA, 2010, p. 128).

Assim como muitos pobres se sujeitam a situações degradantes de trabalho para sobreviver, muitos descendentes negros sofrem desse mesmo problema, ainda com um número enorme de casos de racismo. Logo após a abolição da escravatura, muitos voltaram a trabalhar por qualquer mínimo pagamento, ou, meramente, por simples refeições.

Recentemente ocorrem muitas campanhas antirracistas. Sabe-se que o preconceito é algo dificilmente abandonado por pessoas que foram criadas e educadas em famílias que tinham esse hábito. A conscientização de todos os cidadãos ajuda, no entanto, na diminuição de manifestações públicas de racismo contra pessoas de cor de pele escura.

O trabalho escravo está em um ser humano se submeter a um trabalho muito degradante ligado à proibição de ser livre. Esse último fator, muitas vezes, nem é visível, já que não mais se usam correntes para prender a pessoa à terra, porém há ameaças físicas, um grande terror psicológico. Também existem as grandes distâncias a separar certas propriedades de alguma cidade mais próxima. Quando se trata de negros e pardos, muitas vezes, os proprietários de grandes fazendas nunca os deixam sair.

Siqueira (2010) explica como os escravos africanos eram trazidos ao Brasil.

Os escravos chegavam em navios negreiros abarrotados e em condições degradantes de acomodação, saúde e higiene, como se animais fossem. Eles eram usados para o serviço doméstico e, também, para o serviço externo nas fazendas, principalmente nas lavouras de cana-de-açúcar. Os escravos negros serviam, ainda, como mercadorias que podiam ser trocadas por outras. Portanto, o negro era tido como objeto e nunca como sujeito de direito.

O negro era discriminado pela sua cor, que o diferenciava do povo europeu colonizador, que, na sua maioria, era de cor branca (SIQUEIRA, 2010, p. 129).

É claro que isso citado, nos tempos atuais é meramente adaptado para se ter mão de obra barata e altos lucros com o trabalho humano. Também é a pessoa branca que escraviza o negro e até o semelhante branco paupérrimo.

Até quando será necessário conviver com a escravidão moderna? Será que a lei e as autoridades conseguem resolver essa pendência com relação à dignidade humana de todos os cidadãos seja de qual origem forem?

CONCLUSÃO

A mão de obra escrava africana foi fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil colonial, sustentando vários setores como a produção açucareira, a mineração e o café, em épocas sequenciais. Além disso, a cultura brasileira foi profundamente influenciada pelas tradições africanas, ajudando a moldar a identidade nacional. No entanto, as consequências da escravidão ainda são sentidas na desigualdade social e no racismo estrutural presentes em nosso país. Compreender esse legado histórico é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O presente artigo teve o objetivo de mostrar, de forma bem sucinta, de como a influência africana se deu e como ela se firmou na cultura brasileira. Também tentou-se mostrar como a música, a culinária, a religiosidade e o idioma trazem, até o presente, as marcas escravas no seu conjunto cultural. Tem samba, tem carnaval, tem vatapá, tem candomblé e umbanda com seus sons específicos na língua portuguesa, falada no Brasil, que não ocorrem no português em Portugal.

O capítulo um aborda o papel da mão de obra na economia colonial, já o dois traduz um tanto dos impactos socioculturais da escravidão africana e, no capítulo três, mostra-se quais consequências que a escravidão deixou e como ainda ocorrem casos de escravidão análoga nos tempos atuais.

Não há a intenção de esgotar o assunto neste artigo, muito assunto fica para outros estudiosos se debruçarem e analisarem o bem para a cultura trazida pelos africanos e o mal para a história pelo menosprezo dos negros, até hoje em dia, no Brasil.

Aos poucos ocorre uma maior conscientização das pessoas de que todos os seres humanos merecem o mesmo respeito e têm a mesma dignidade a ser considerada, não importando sua cor de pele e a origem territorial de onde nasceram. O racismo precisa ser definitivamente abolido e o escravismo dos pobres ser punido pelas autoridades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. de & REZENDE, D. F. de. Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII. **Revista de história São Paulo, Nº 168, p. 382-413, janeiro/ junho 2013.**

BASTOS, F. S. O trabalho escravo contemporâneo no Brasil e a evolução das políticas públicas de proteção aos trabalhadores. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.,** Belo Horizonte, v. 57, n. 87/88, p. 117-128, jan./dez. 2013.

CÂMARA, N. **Escravidão Nunca Mais!: Um Tributo a Luiz Gama.** São Paulo: Lettera.doc, 2009.

CASCUDO, L. C. da. **História da Alimentação no Brasil.** São Paulo: editora Global, 2004.

COSTA, J. R. da. Tópicos afro-brasileiros como tradição inventada na música brasileira do século XX. São Paulo: USP, 2017.

EUGÊNIO, R. W. **A benção aos mais velhos: poder e senioridade nos terreiros de Candomblé.** Mairiporã: Arole Cultural, 2017.

- FARINA, A. K. A. & TEODORO, P. H. M. Exploração da mão de obra escrava rural na contemporaneidade: estudo de casos relacionados aos territórios do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. *Revista Pegada* – vol. 22, n.1. Janeiro-Abril/2021.
- FAUSTO, B.; FAUSTO, S. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.
- FRANCO, G. P. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 30-46, jan-jun/2021.
- FREIRE, G. Casa-grande & Senzala. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1980.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34^a. ed., São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- KOK, Glória Porto. **A escravidão no Brasil colonial: Índios e negros: história de escravidão e resistência na colônia**. 6^a. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LAGO, L. A. C. do. **Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- LODY, R. **Coco: comida, cultura e patrimônio**. São Paulo: Editora Senac, 2019.
- LUNA, F. V.. Mineração: métodos extrativos e legislação. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 13, número especial, 1983.
- MAURÍCIO, G. **O candomblé bem explicado: Nações Bantu, Iorubá e Fon**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- MENDES, C. S da. & MEDEIROS, N. R de. & OLIVEIRA, T. S de. Africanidades na fonética do português brasileiro. UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **I Congresso Internacional e III Congresso Nacional**
- Africanidades e Brasilidades: Literaturas e Linguística**, 29, 30 nov. e 01 dez. 2016.
- MENDONÇA, R. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.
- NINA, C. H. V. **Escravidão, ontem e hoje: aspectos jurídicos e econômicos**. Brasília: ISBN, 2010.
- PORFÍRIO, F. M. & BLULM, L. F. M. & SILVA, R. S. Os lucros da escravidão no Brasil e seu impacto econômico: uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. **Revista Pet Economia Ufes**. Vol. 2. Agosto, 2021.
- SANTANA, A. A. & CAMPOS, C. S. S. **Trabalho escravo e desenvolvimento capitalista: do escravismo colonial ao escravismo contemporâneo no Brasil**. XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação em Geografia. 10 a 15/10/2021 – ISSN 2175-8875.
- SIQUEIRA, T. M. L de. O trabalho escravo perdura no Brasil do século XX1. *Rev. Trib. Reg. Trab.* 3^a Reg., Belo Horizonte, v. 52, n. 82, p.127-147, jul./dez.2010.

SOUZA, A. C. P. de & BESSA-OLIVEIRA, M. A. **O ensino da cultura afro-brasileira para além da lei 10.639/03: a contribuição da gastronomia na escola como uma produção de conhecimento.** – IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA “Educação Pública em Tempos de Reformas” Dourados – MS: 09 a 11 set. 2019.

TREMURA, W. **A Influência Africana na Música Brasileira: Samba.** Disponível em: <https://welsontremura.com> > images > download – Acesso em 09/06/2025.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e Escravidão.** Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.

YAMAGUCHI, H. K. L. & SALES, T. S. dos. Abará, Caruru e Vatapá: a influência da culinária africana na formação da identidade brasileira. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade.** V. 06, nº 03, set-dez., 2020, **artigo nº 1882.**